

CONVERGÊNCIA ENTRE PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO/FORMATIVO VOCACIONAL

V Congresso realizado pelo Centro de Revitalização Âncora, Curitiba, 7 de setembro de 2019. Para presbíteros e religiosos.

Pe. Matthias J.A. Ham*

Introdução

Quando fui convidado para abordar um assunto neste congresso e me pediram para sugerir um tema, propus: Espiritualidade e Psicologia. Depois, pediram-me para encontrar uma palavra a mais, que chamasse mais atenção... Como o convite precisava ser enviado à gráfica e havia certa pressa, então, na hora, pensei: “Convergência entre Psicologia e Espiritualidade”. Com a palavra “convergência” ainda tenho paz, mas com as outras duas, não. “Convergência”, segundo o Dicionário Online de Português, significa: “algo que caminha para o mesmo ponto ou objetivo”. Já, a definição das duas outras palavras requer maior cuidado e precisão. Faz-se necessário, primeiramente, considerar: qual linha, ou quais aspectos de psicologia; e qual espiritualidade. Não pretendo tratar do assunto como o fez brilhantemente Cencini, em sua palestra intitulada “*Psicologia e Espiritualidade: o homem como mistério*”, proferida na Espanha, em 2018. Minha intenção é direcionar o assunto mais para o lado prático do nosso mundo formativo vocacional; destacando quando, como e em que, as assim chamadas ciências humanas e aquela do Espírito se encontram e podem colaborar; qual o lugar de cada uma. Também não pretendo ser totalmente original no pensar a temática, porque, além de Amedeo Cencini, outro colega do Instituto de Psicologia de Roma, Alessandro Manenti († 27-08-2019), escreveu alguns artigos sobre o assunto, de modo que eu simplesmente não poderia pensar ou escrever melhor (*I fondamenti antropologici della vocazione*, Revista Seminarium, 1/1996 pp 21-34; *Forme di collaborazione dei responsabili della formazione con gli esperti nelle scienze psicologiche*, Revista Seminarium, 2-3 (2009) pp. 353-372). Por fim, faço uso também de um texto que os dois, Cencini e Manenti, escreveram juntos (*Psicologia e Teologia*, EDB, Bologna 2015 pp 22-31 versão não definitiva). Com a devida autorização desses dois mestres mais experientes, utilizarei seus textos, livremente, no decorrer desta palestra.

Escolha do tema

O primeiro motivo para ter escolhido este tema é pessoal. É fruto de certa inquietação a respeito do assunto, que trago comigo, já há muitos anos. Preparei então esta conferência, como uma oportunidade para poder estudar e refletir mais esquematicamente sobre o tema, fazendo, talvez, também uma retomada do meu próprio desenvolvimento psicoespiritual. Já no tempo do seminário (1979-1984), eu percebia certa dificuldade para separar bem Espiritualidade e Psicologia. Pelo que me lembro, as duas áreas sempre foram apresentadas como dois tipos de conhecimento e duas práticas distintas. Parecia até que havia certa rivalidade ou concorrência, inclusive, com alguns alertas feitos a respeito dos perigos da psicologia (e com razão, hoje posso dizer), de modo que só a espiritualidade, bem vivida, bastava. Inicialmente, a confusão aumentou quando, pouco antes da ordenação presbiteral, fui fazer os Exercícios Espirituais de trinta dias, de Sto. Inácio, e o orientador me disse, na terceira semana, que provavelmente havia algo em meu subconsciente, já que eu seguia as orientações corretamente e levava os exercícios muito a sério, embora algo parecesse estar bloqueado. Ele me deu, então, o livrinho “A primazia da caridade” do padre Oscar Muller S.J., pelo qual lhe sou grato até hoje. Foi aí que as escamas caíram dos meus olhos e que se me abriu o vasto mundo interior. É como se, depois de muitas vezes nadando no mar, eu tivesse colocado pela primeira vez uma máscara de mergulho, podendo enxergar, de repente, o que sempre esteve ali, debaixo da água, enquanto eu nadava sem poder ver, porque tinha meus olhos fechados. Na hora, pensei: “agora tudo está claro e resolvido”. Sim, foi então que começou uma caminhada para as profundezas da vida interior e que continua até hoje. Comecei o processo de acompanhamento personalizado, com a saudosa Irmã Maris Bolzan, para ingressar na Escola para Formadores Jesus Mestre, em São Paulo, e, depois de ter terminado a Escola, pedi, já no limite da idade, admissão ao Instituto de Psicologia da Universidade Pontifícia Gregoriana, em Roma. Na hora de escolher entre continuar para o doutorado em Psicologia ou fazer um segundo mestrado, optei pelo segundo mestrado, agora em Espiritualidade, na mesma universidade. Todavia, confesso que, mesmo assim, não se chegava – ou melhor, eu não cheguei – naquela época (1995), à integração desejada entre

as duas áreas de conhecimento e de experiência. Continuava aquela desconfiança: Seria possível se igualar Espiritualidade e Psicologia? Não seria falta de confiança em Deus? Como uma ciência humana pode ser tão importante como a ação do Espírito Santo? Enfim, não é demais afirmar que havia um conflito a respeito dentro de mim.

Hoje, não me faço mais do mesmo modo estas perguntas, pois aprendi que não se trata de igualar, nem de separar rigidamente um tipo de conhecimento e de vivência do outro. Trata-se, porém, de situar certa complementariedade e integração entre ambos. Após eu mesmo ter acompanhado, por mais de trinta anos, presbíteros, religiosos e seminaristas, digo, com Stephan Rossetti, que a experiência me ensinou que não há dois caminhos paralelos de vida para cada pessoa, um espiritual e outro psicológico. Há, sim, um só caminho que, porém, envolve as duas dimensões, espiritual e psicológica – duas perspectivas de um mesmo objeto. Diz Rossetti: “Na verdade, quando se faz um levantamento (ou, se preferir, uma avaliação) espiritual e outro psicológico de pessoas religiosas que buscam acompanhamento, e quando este é bem feito, os dois levantamentos refletem a mesma realidade, ainda que cada uma com linguagem e abordagens próprias à sua dimensão.” (Cf. Stephan Rossetti, palestra pública: *From Anger to Gratitude - Becoming a Eucharistic People*, 26 de março de 2004, PUG, Roma). Nesse sentido, é possível concordar com Manenti, quando ele diz que: “é verdade que a pessoa funciona de modo holístico, mas também é verdade que os ‘campos de batalha’ nos quais ela se encontra são qualitativamente diversos e, por isso, também os instrumentos de ajuda devem ser diversos e apropriados à batalha em curso [...] Se, portanto, recorre-se à psicologia para enfrentar uma batalha que não é psicológica, a ajuda não será muito eficaz, assim como não o será a ajuda de tipo espiritual quando o verdadeiro problema é outro.” Evidenciando demais ou usando mal a psicologia, pode-se até chegar ao ponto de mandar a mensagem silenciosa de que “a partida vocacional é jogada em termos humanos e não no confronto pessoal e silencioso com Deus. Em nós, nem tudo é psicológico e é necessário estar atento para não igualar a qualidade da nossa psicodinâmica com a qualidade da nossa vocação.” (Cf. Alessandro Manenti, *Forme di collaborazione dei responsabili della formazione con gli esperti nelle scienze psicologiche* Revista Seminarium, 2-3 (2009) pp. 353-372).

O segundo motivo da escolha do tema é a constatação de que, na prática formativa, há muita confusão (penso que seja a mesma pela qual eu passei por muitos anos), e até certo perigo, quanto ao uso da ajuda da ciência psicológica nas casas de formação em geral. Como diz Manenti, em outras palavras: algumas práticas são discutíveis, como, por exemplo, quando um formador observa uma dificuldade num formando e já o manda falar com o psicólogo, ao invés de gastar (muito) tempo para falar com ele, fazê-lo falar e ajudá-lo a tomar consciência de si; para construir uma aliança educativa e de objetivos comuns. Talvez, a dor apresentada não seja manifestação de algum problema, mas a expressão do desejo do formando de simplesmente entender melhor onde se encontra em sua própria caminhada. O formador que manda todos, indistintamente, para serem acompanhados por um psicólogo (porque a Igreja pede e se tornou quase que uma imposição, para não dizer “varinha mágica” ou até mesmo uma “moda”) com a finalidade (inconsciente) de apaziguar seu próprio coração, em busca de alguma confirmação, através de ajuda especializada de fora – não poucas vezes, por falta de segurança em si mesmo, ou para se proteger caso apareçam eventuais futuras surpresas no formando –, pode estar delegando assuntos educativos importantes para técnicos em Psicologia ou em outras áreas, deixando de lado o significado antropológico e teológico-espiritual. Seguindo na mesma linha, educar para a vida comunitária pode tornar-se um mero aprendizado de técnicas de comunicação, ignorando o sentido religioso da vivência em comunidade que é mais exigente que a mera sociabilidade humano-empresarial; a oração pode ser reduzida a técnicas esotéricas de meditação, passando por cima do fato de que o próprio Espírito Santo é que reza em nós; Counselling, psicoterapia e outras formas de entreaajuda podem se tornar técnicas para apenas remover desconfortos emocionais, esquecendo a finalidade que é ajudar a pessoa aprofundar seu relacionamento com Deus e o próximo; O reitor, embora também bispos e superiores religiosos, podem delegar assuntos como castidade/celibato para o psicólogo que vem falar para o grupo sobre maturidade humano-afetiva, teoria de gênero, homossexualidade e pedofilia, pensando ou desejando que a ajuda psicológica faça milagres, mais com informação do que com formação individual baseada na vivência dos valores e com o auxílio dos meios espirituais convencionais. Mesmo pessoas que são, em si, contrárias ao uso da psicologia, deixam transparecer, assim, uma mensagem subliminar de que se pode resolver tudo no nível humano. Há, também, casos em que “a psicologia” ou “os psicólogos” são “usados” – para não dizer “instrumentalizados” e “manipulados” – para dar um *Consilium Abeundi* ao

formando, porque o responsável, não suficientemente bem preparado para sua função, não tem a coragem de tomar a decisão por si ou por falta de argumentos, ou, ainda, simplesmente por medo de não ser gostado. E é verdade que, quem é muito complacente e necessitado de elogios e/ou afeto, não deveria trabalhar na formação sem antes deixar-se trabalhar e integrar estes aspectos em si mesmo. Por fim, observa-se que, graças a Deus, em muitos níveis da Igreja, têm sido acolhidas as orientações do Magistério quanto ao uso das ciências humanas no processo formativo, ao ponto de que quase todos os seminários e casas de formação religiosa possuem ou convidam pessoas especializadas nas ciências humanas, de modo especial, da área psicológica. Por outro lado, sem a intenção de ser ofensivo, nem sempre são claros os critérios para se convidar um especialista. O psicólogo ser uma boa pessoa ou pessoa cristã, participante e atuante na comunidade de fé, por si só não é suficiente para habilitá-lo a ajudar pessoas em seus processos vocacionais para a vida consagrada ou ministério ordenado. Em alguns casos, até parece que se dá mais crédito àquilo que o psicólogo diz do que aos próprios formadores bem preparados ou, até mesmo, o bom senso comum. Sei muito bem que há bispos, superiores religiosos e reitores quase que desesperados por não saber o que fazer com o grande número de problemas individuais (que, porém, causam escândalos públicos e/ou tornam a convivência um inferno) de padres e consagrados. É bem compreensível que eles busquem soluções, e de preferência imediatas. Mas não será tão somente “a psicologia” que terá resposta para tudo. Além disso, devemos também admitir que há certos casos que simplesmente não tem solução satisfatória.

Continuando a reflexão, é necessário afirmar que a contribuição da Psicologia fica subordinada àquela teológica. Em primeiro lugar, porque a resposta ao chamado depende da graça de Deus que, por sua vez, não depende das disposições psicológicas da pessoa; em segundo lugar, porque não é possível construir uma ciência humana sem partir de uma visão do homem, mesmo que tal perspectiva, dentre as várias teorias psicológicas, esteja implícita e não articulada em uma elaboração sistemática. Pode-se aplicar à Psicologia aquilo que Maritain diz da Pedagogia: “não é uma ciência autônoma, mas depende da Filosofia [...] Somente pegando um gancho da Filosofia a Pedagogia pode adquirir seu caráter de ciência autêntica [...] sabendo ou não, cada pedagogo adora um deus (J. Maritain, *Essai de philosophie pédagogique*, Desclée de Brouwer, Bruxelles, 1927)”. Se, por um lado, a elaboração psicológica, em suas fases de análise, interpretação, aplicação e provas, inspira-se num modelo antropológico – mesmo que não possa comprová-lo aos moldes de uma análise filosófica e teológica, uma vez que não possui os instrumentos para tal, mas no máximo a possibilidade de constatar suas consequências e correspondências – há, por outro lado, o primado da Teologia na definição daquilo que vem a ser a essência ou o *humanum* da pessoa e um primado da psicologia a respeito do estudo dos modos de funcionar da pessoa. A Teologia se coloca, assim, em diálogo, não com as singulares descobertas da psicologia, pois nesta área a psicologia é autônoma, mas com a antropologia, menos ou mais explícita, que está por debaixo das várias psicologias. Diz João Paulo II: “As descobertas e *insights* na área puramente psicológica e psiquiátrica não são capazes de oferecer uma visão verdadeiramente integral da pessoa, resolvendo sozinhas as questões relacionadas ao significado da vida. O diálogo se realiza entre os horizontes de uma antropologia comum, de modo que, mesmo na diversidade do método, interesse e finalidade, uma visão fica aberta a outra”(João Paulo aos membros da Rota Romana 05-02-1987 em AAS 79, 1987 pp.1453-1459). E é por isso que se deve pesquisar bem qual a visão do homem que o *expert* em psicologia tem, antes de convidá-lo para colaborar nos processos de crescimento vocacional. Quem, no fundo, ou mesmo inconscientemente, busca e/ou ajuda buscar predominantemente autorrealização, homeostase, mudança de comportamento externo, diminuição de incômodos, prescindindo, por exemplo, do sacrifício cristão como via para tornar-se totalmente dom, dificilmente ajudará a pessoa, a longo prazo, a ser alguém totalmente de Deus. Para nós, a colaboração da ciência humana é válida enquanto nos ajuda a viver melhor os valores próprios da vocação cristã de cada um. Consequentemente, é necessário, como formadores e educadores, termos todos a visão cristã do ser humano (antropologia), como base da nossa missão e do nosso serviço à Igreja e a cada pessoa em particular.

Fiquei muito contente quando, alguns dias atrás, ouvi falar de uma possível iniciativa de reunir os especialistas nas ciências humanas e, de modo especial da Psicologia, que colaboram em nossas casas de formação para um curso de antropologia cristã, com a finalidade de unirmos cada vez mais as forças e na mesma linha, entrando em um diálogo construtivo.

Modelos antropológicos atuais

Na exposição de hoje, falta-nos tempo para aprofundarmos este vasto assunto, mas só quero acenar com quais teorias psicológicas e suas subentendidas antropologias deveríamos entrar em diálogo. Para tanto, baseio-me em dois autores: Don S. Browning († 2010) e Alessandro Ravaglioli, os dois mencionados no texto do Cencini e Manenti (*Psicologia e Teologia, 2015 texto não definitivo*).

Browning divide em quatro as propostas antropológicas que estão na base das várias teorias psicológicas, algo que muitos dos que aplicam as técnicas terapêuticas das várias teorias não estão cientes. Ele as denomina culturas. São elas:

A Cultura da separação (atribuível à psicanálise freudiana): O objetivo da vida é realizar o maior bem para si mesmo com o mínimo de perdas pessoais e punições sociais, adotando um respeito prudente e ambíguo recíproco (já que os outros e o mundo são substancialmente hostis). O princípio é: “Ama o teu próximo, assim ele te ama”.

A Cultura da harmonia preestabelecida (representada pelas psicologias humanistas, mesmo com diferenças teóricas substanciais entre elas: Rogers, Maslow, Perls, Fromm, Allport e Jung): “Ama a si mesmo e procura a tua realização”. Para Browning, a retórica humanista destes psicólogos trata de um egoísmo ético não do tipo hedonista, mas filosófico, e os valores aos quais essa cultura se refere são apenas aqueles pré-morais.

A Cultura do controle (representada sobretudo pelo comportamentalismo de Skinner): Herdado de Pavlov, Watson e Thorndike, o comportamentalismo concentra a sua atenção na relação entre estímulo e resposta, mais que nos processos mentais internos que acontecem entre eles. Na antropologia de Skinner “a natureza humana não é uma dialética de natureza e espírito, tanto que, para Skinner, o espírito não existe. Os seres humanos não possuem realidades como autotranscendência, objetivação de si mesmo e a liberdade que destas deriva.

A Cultura da cura (representado sobretudo pelo Erikson, mas Browning aqui também inclui Kohut, ainda que este esteja mais próximo da psicologia humanista). De acordo com esta cultura, vivemos num mundo que oferece oportunidade de crescimento, o que ocasiona tensões e angústia, as quais podem ser toleradas se há reconhecimento recíproco e a cura generativa das gerações sucessivas. No centro desta cultura, está o percurso de formação da identidade pessoal contra as derivas da “difusão” do Eu (Erikson) e do narcisismo patológico (Kohut).

Outra maneira de se classificar as antropologias psicológicas é aquela apresentada por Alessandro Ravaglioli, que se serve da clássica chave de leitura de Salvador Maddi, sempre advertindo, porém, para o perigo de uma excessiva esquematização.

Aqui somente menciono os modelos:

Modelo de Conflito (Jung, Rank, Freud, Murray e Sullivan)

Modelo da Autorrealização (Rogers, Maslow, Goldstein, Adler, White, Allport e Fromm). Entra aqui também o Eneagrama. No site oficial do Escritório Geral do Instituto do Eneagrama, localizado em Stone Ridge, New York, se lê: em 1970, quando Oscar Ichazo ainda morava na América do Sul, um grupo de Americanos [...] foi para Arica, Chile para estudar com Ichazo, e para experienciar em primeira mão os métodos para obter autorrealização que ele havia desenvolvido. (<https://www.enneagraminstitute.com/about>).

Modelo de Consistência (Abelson, Rosenberg, Kelly, Festinger, McClelland e o próprio Maddi). É neste modelo que se reconhece melhor a Escola de Rulla e Imoda da Gregoriana, como também seus expoentes ilustres e mais conhecidos Cencini e Manenti, e da Escola de Formadores Jesus Mestre em São Paulo.

Acrescentem-se a estes modelos, ainda, o comportamentalismo que Browning inclui no modelo de controle e a Logoterapia de V. Frankl, que poderia ser incluída no modelo que Browning chama de cura, aumentando, assim, o conceito de cura, dada a importância que Frankl atribui à cura de si mesmo, à “vontade de significado”, aos distúrbios provenientes da “falta de sentido” e ao processo de autotranscendência ou superação de si, válidos para o indivíduo e suas relações.

E a ADI?

Neste momento estou ouvindo muitos de vocês perguntarem: “E a ADI, onde se encaixa?”. Tomo a liberdade de dizer um pouco mais sobre este modelo, pela importância que neste momento histórico

parece ocupar, principalmente na Vida Consagrada. Parece-me, que as observações do Pe. B. Kiely, principalmente o sexto, no que concerne o processo natural *mas lento* de internalização de valores vocacionais, devem ser levadas em consideração e sujeitas a análise crítica, sempre quando surge uma nova escola, modelo ou técnica, para ajudar pessoas. Repito que o enfoque desta minha exposição é o processo de crescimento vocacional, especialmente para a Vida Consagrada e o Ministério Ordenado. Há mais de trinta anos, já depois de ter feito o meu processo de acompanhamento pessoal de quatro anos com a Irmã Maris, fiz a então chamada TIP. Alguns anos depois, os professores da Escola para Formadores Jesus Mestre, em São Paulo, pediram uma análise e avaliação do livro “As chaves do inconsciente” para os nossos mestres do Instituto de Psicologia da Gregoriana. É importante notar que tal avaliação foi solicitada tendo em vista especificamente a utilidade do método TIP para o processo de crescimento vocacional, não para o bem-estar geral da pessoa. Quem respondeu foi o saudoso Pe. Barth Kiely S.J. († 2018). Passo, aqui, apenas algumas observações críticas dele, embora eu precise reconhecer que, nos muitos anos que se passaram, os sucessores da fundadora devem ter feito algum caminho e, quem sabe, a realidade não seja mais como era. Escreve Kiely:

1. O método pode obter resultados bons, até ótimos. Os métodos comportamentalistas são de fato reconhecidos como úteis para vários problemas, como no caso das fobias, distúrbios psicossomáticos e certas obsessões. Ao mesmo tempo, devo dizer que o método ADI pode ser perigoso para pessoas que já tem um equilíbrio frágil e, além do mais, o fato de obter resultados bons não garante frutos duradouros no nível de crescimento vocacional.
2. O modelo teórico parece um modelo causal (tipo freudiano, causa-efeito): um trauma, ou uma série de traumas do passado produz um sintoma no presente; livrando o cliente do trauma passado, ele também se livra dos sintomas presentes (como se a criança não tivesse desenvolvido mecanismos de adaptação e defensivos entre o passado e o hoje). Nesse sentido, é parecido com a teoria comportamentalista. As curas parecem ser sempre rápidas e, muitas vezes, totais. É impressionante quantas vezes no livro se fala de traumas e de sofrimento. Não encontrei, no livro, a ideia de uma fixação de indulgência ou de problemas que surgem de gratificações não boas.
3. Parece-me que o cliente ideal para este método seja uma pessoa um tanto passiva e sugestionável, disposta a seguir sem reservas as sugestões do terapeuta. É atribuído um papel muito importante de persuasão e de sugestão ao terapeuta, o que, por sua vez, fortaleceria a passividade do cliente. Nesse contexto, é interessante notar que a autora não toca no assunto de transferência e nem de sua solução. Ela também não fala de possíveis problemas de contratransferência. Parece que o terapeuta duvida pouco de si mesmo, assumindo uma atitude de autoridade para “quebrar” as resistências do cliente, ao ponto de se afirmar que aquele de quem não se consegue quebrá-las, não é apto para este tipo de terapia.
4. Não vejo (Kiely) como, com este método, enfrentar problemas centrais relacionados ao bem aparente. O bem aparente na vida da pessoa é um problema difícil, justamente porque parece um bem. É expresso como estratégia defensiva, que são difíceis de se corrigir porque funcionam bem e sempre funcionaram bem no passado também. Por exemplo: se alguém foi a favorita de sua mãe e hoje consegue ser a favorita da superiora, como se poderia descobrir tal problema procurando a causa num trauma no passado? Também no passado já era um bem aparente.
5. Devemos reconhecer que a autora defende vários valores cristãos, como: fidelidade conjugal; direito à vida, condenando o aborto, a pornografia, etc. Em última análise, porém, o conceito de autotranscendência parece derivar parcialmente de Rogers (autorrealização) e, em partes, de Frankl (cura). Ela reconhece o valor de uma autotranscendência religiosa, mas não chega à autotranscendência teocêntrica pelos valores objetivos e revelados. E como a pessoa “resolve” todos os problemas da sua vida através do seu Eu-Ideal, será muito difícil reconhecer um Salvador. Como o agente de crescimento é o Eu-Ideal Pessoal, parece não haver necessidade da Graça, nem do dever carregar a cruz do dia-dia, nem da concupiscência como problema permanente que deriva do fato de que, na sua origem, segundo a tradição cristã, a pessoa humana não é perfeita. A imperfeição é a expressão da concupiscência, que sempre nos acompanha como pecado e como a tendência de procurarmos o bem aparente.
6. Uma última observação é sobre a rapidez do método. Do ponto de vista filosófico, a liberdade da pessoa parece exigir que novos valores e novas atitudes (que fazem parte do crescimento vocacional) sejam conquistados pela própria pessoa, através de escolhas ativas, repetidas e

conscientes. Todavia, o verdadeiro crescimento vocacional acontece lentamente. A ideia de que a personalidade do indivíduo seja rapidamente modificável, através de um processo técnico, parece não respeitar a lentidão do crescimento vocacional autêntico, como se verifica em todas as histórias dos santos. Como já foi dito anteriormente, coloca a pessoa mais numa posição de passividade; e como poderia emergir um verdadeiro processo vocacional pessoal da passividade? O processo parece muito similar àquele de reprogramar um computador e, de fato, a autora usa termos como desprogramação (p. 65) e “inconsciente recondicionado” (p.191).

Concluindo, quero citar Hans Zollner, S.J., até este ano decano do Instituto de Psicologia da Gregoriana e muito envolvido na Pontifícia Comissão de Proteção da Criança e do Adolescente, numa apresentação que ele fez na Argentina: “Das numerosas teorias psicológicas e psicoterapias, não existe a psicologia cristã. Os cristãos que trabalham nesta área devem ser ecléticos ou pluralistas, de acordo com critérios precisos: devem eles diferenciar entre “tendências nucleares da personalidade” e “declarações periféricas” em teorias; estudar criticamente os pressupostos não implícitos presentes em todas as teorias e fazê-los explícitos em nossas teorias e práticas. Quanto aos processos terapêuticos, devem enfatizar o conhecimento dos processos interiores da pessoa (por exemplo, respostas afetivas espontâneas) e exteriores (maior liberdade para tomar decisões condizentes com o estado de vida e para maior Glória de Deus); trabalhar as relações com Deus, com o próximo e com o inimigo, para que sejam encontros com o outro com “intenção pura”; promover equilíbrio entre “confiar totalmente em Deus” e “fazer tudo que posso”; e, por fim, ajudar a pessoa a ser consciente do delicado ministério para o qual se oferece. E lembrando Franco Imoda S.J., afirmando: por mais que alguém segue uma escola e linha bem definida, deve ele humildemente ficar aberto aos insights de outras linhas.

Terminado o tópico das várias antropologias subjacentes às teorias psicológicas com as quais poderíamos ou deveríamos entrar em diálogo, seguimos com uma abordagem de integração.

Duas perspectivas

Manenti parte da parábola do semeador (Mt. 13,1-23) para explicar que a vocação cristã é um diálogo entre Deus e a pessoa humana. Deus chama quem Ele quer, quando quer e como quer, “não em atenção às nossas obras, mas ao seu desígnio e sua graça...” (2Tim. 1,9), sem se fazer limitar pelas disposições de quem recebe o chamado. No entanto, a liberdade de Deus se encontra com a liberdade do homem, que “é uma condição da ação da graça, e a graça é, vice-versa, a condição para o crescimento do homem na liberdade”. Temos, assim, o polo objetivo de Deus que chama, e o polo subjetivo do homem que responde com diferentes predisposições psíquicas. A parábola do semeador, de fato, mostra-nos que o chamado é recebido por pessoas com diferentes disponibilidades, sendo o resultado, portanto, diverso. A semente que cai nos corações é sempre a mesma, mas os indivíduos respondem com disposições pessoais diferentes, de modo que a resposta subjetiva e o resultado prático da mesma semente vêm a ser diferentes.

Assim, vê-se que a vocação pode ser estudada a partir de duas perspectivas: uma teológica, que se pergunta em que consiste o chamado de Deus; e a outra perspectiva que estuda o polo subjetivo, perguntando-se quais as características humanas que predis põem (mas não causam) a responder de modo menos ou mais eficaz. Esta segunda é a perspectiva antropológica, ou, em seu campo, a Psicologia. São duas perguntas bem distintas, porém, não reduzíveis uma a outra. A primeira é finalística: Deus chama para que? A que Ele eleva a natureza humana? A segunda pergunta é relacionada às estruturas psicológicas: como o cristão, tendo uma natureza contraditória, pode transcender-se? Como ele deve predispor o seu sistema motivacional para acolher e responder ao chamado? Voltando a uma observação do início, quando citei Rossetti, podemos, agora, entender melhor o que ele afirmou, ao dizer que estamos falando sempre da mesma realidade, mas a partir de duas perspectivas que são correlacionadas entre si, seja em termos de análise científica ou ao nível das intervenções pedagógicas. Se a Antropologia e, em especial a Psicologia, fica puramente no nível descritivo do polo subjetivo da vocação e, em nome de uma pretendida neutralidade científica, fica indiferente (ou até cética) em relação à natureza transcendente da vocação, arrisca ficar cega, fechando-se progressivamente em si mesma na descrição dos acontecimentos psíquicos que ficam irrelevantes ou insuficientes para a compreensão global do objeto em questão.

Por outro lado, a Teologia que, pelo dever de salvaguardar a natureza transcendente da vocação, ficar distante da possibilidade de diálogo com a psicologia, pode, sim, analisar no profundo o mistério, embora arrisque ficar no vazio, se não sabe reconhecer nas mediações psíquicas que estes assumem e nas manifestações existenciais que estes carregam, o quanto aquele mistério é realmente operante e essencial para a psique humana.

Devemos afirmar a não cisão ou separação entre humano e divino. Transcendência não é sinônimo de “o lado de lá” em oposição ao “aqui”. É também algo já presente no “aqui”. O transcendentalismo, segundo o qual a experiência de Deus não se alimenta de coisas humanas, torna-se devocionalismo, assim como o imanentismo se torna manipulação do Espírito.

Explorando um pouco mais as duas perspectivas, perguntamo-nos, em primeiro lugar:

A que Deus nos chama? (espiritualidade)

Espiritualidade é uma palavra carente de uma definição concisa. Embora inclua orações, piedade e o que chamamos de vida interior é fundamentalmente uma forma de viver e agir. Para os cristãos, espiritualidade pode ser definida como uma vida de acordo com o Espírito de Deus, uma vida que pode nos fazer filhos e filhas de Deus (cf. Rom 8,9-14). Não obstante, isto não quer significar que só existe uma espiritualidade cristã. Realmente, existem muitas. Por exemplo, podemos afirmar que, cada um dos quatro evangelhos, no Novo Testamento, reflete espiritualidades distintas; cada uma fiel ao Evangelho que Jesus pregou, porém, visto através do prisma de cada evangelista. Todavia, assim como a espiritualidade cristã se desenvolveu, também o fizeram outras espiritualidades, cada uma a partir de suas raízes, em um particular contexto histórico e cultural, expressando, de algum modo, suas ideias e aspirações. Cada uma foi fundada em um acordo específico sobre a relação de Deus com o mundo e sobre a pessoa humana neste mundo. Assim, cada uma se desenvolve e cresce, com a compreensão de que se trata de “uma forma de vida e de atuação”.

Diz o Carmelita holandês Kees Waaijman, sobre este desenvolvimento e crescimento: “O importante na espiritualidade não é dar ou definir o polo divino. Ele aparece dentro da totalidade do acontecimento relacional, conforme a fase na qual este acontecimento se encontra: como algo totalmente diferente do finito (santidade), como toque tremendo (temor/respeito), como Espírito que *anima* nosso espírito (espiritualidade). As concepções e os nomes de Deus devem ser entendidos a partir do acontecimento relacional dentro dos quais eles funcionam. Conforme sua posição dentro do processo espiritual, o polo humano é tocado e levado ao temor (respeito), dedica-se a procurar Deus (contemplação), dedica-se em adorar a Deus (devoção, piedade), faz-se receptivo e deixa-se purificar (ascese), internaliza a vida de Deus (vida interior), deixa-se transportar para fora de si mesmo no amor (mística); e isso, em todos os níveis do existir (ascese, vida interior). Pelo acontecimento relacional, a sua integridade original e sua maturidade futura (plenitude) vêm à tona. Para Waaijman, o objeto formal do estudo da Espiritualidade poderia ser definido como: “transformação ‘divino-humano’”: 1. Nessa definição, a noção de “forma” ocupa um lugar central, como seu sentido em “trans-form-ação”. 2. De modo especial, significa que as realidades divina e humana fazem parte de um processo de mudança mútua; os dois polos emergem, um em relação ao outro, exatamente por aquela forma de mediação: trans-form-ação. 3. Por fim, a definição expressa que, neste processo, há também momentos de descontinuidade: *trans-form-ação*. (Waaijman, K., O.Carm., *Spiritualiteit: Vormen, Grondslagen, Methoden*, Ed. Carmelitana-Gent/Kok-Kampen, 2000, p. 954).

É neste acontecimento relacional, que nos transforma no decorrer da vida, que Deus nos chama à santidade (é o aspecto finalístico da motivação humana). Trata-se, segundo Hans Urs von Balthasar, da santidade comum a todos os cristãos, da qual as diversas modalidades de atuação emergem e se diferenciam nos vários estados de vida (*Gli stati di vita del Cristiano, Jaka book, Milano, 1985*). O chamado influencia a inteira existência da pessoa. A Espiritualidade se concentra na pessoa em sua relação com Deus, com o objetivo de alcançar mais profunda união com Ele, seguindo Jesus Cristo pobre, obediente e puro; vivendo as virtudes, tendo como “matéria prima” a experiência espiritual, que inclui sentimentos, humor, conhecimento, desejos e atos de vontade; levando um estilo de vida que prioriza oração, frequência aos sacramentos; aprimorando o conhecimento do conteúdo da fé, o discernimento dos espíritos; atuando nas obras sociais e de misericórdia, na vivência do carisma e dos valores próprios do estado de vida. Diziam Pe. Pedro Arrupe S.J.: Nada é mais prático do que encontrar Deus e amá-lo de uma maneira absoluta até o fim. De quem estás enamorado e como aproveitas tua

imaginação? Isto afetará tudo. Decidirá, far-te-á levantar de tua cama nas manhãs, o que farás à tarde, como passarás o teu fim de semana, o que lerás, o que conhecerás, o que te entristece e o que te entretém com alegria e gratidão. Enamora-te, mantém-te namorado e isto decidirá tudo.

O específico da vocação é duplo: o conteúdo oferecido e a motivação exigida. Quanto ao conteúdo: chamados a amar como Cristo amou, com um amor que não é deste mundo, mas que foi revelado na Sagrada Escritura, em sua totalidade, e nas palavras e exemplos de Jesus. Trata-se de um chamado ao amor sobrenatural (e não simplesmente filantrópico-social) que é simultaneamente e pertinentemente amar a Deus e ao próximo (GS 12). Quanto à motivação: amar com liberdade de coração. O motivo que leva ao seguimento é o amor desinteressado por Deus, o mais possível sem motivações utilitaristas e defensivas. Em outras palavras e sintetizando, Deus chama a profundidade do nosso ser, o nosso coração, à liberdade para a autotranscendência teocêntrica. Nesse sentido, ainda não é amor pleno, por exemplo, um amor filantrópico-social, servir os últimos ou tornar-se padre ou religioso para realizar-se a si mesmo.

Em segundo lugar, perguntamo-nos:

Como nos predisponemos?

“Enquanto conversavam e discutiam, o próprio Jesus aproximou-se e pôs-se a caminhar com eles. Os seus olhos, porém, estavam como impedidos de reconhecê-lo” (Lc. 24, 15-16). Há um tipo de indisponibilidade no coração humano que, sem a Páscoa de Jesus não seria redimido. “Dou-te um conselho: compra de mim ouro purificado no fogo ... e compra também um colírio para ungir os teus olhos, para que enxergues” (Ap. 3, 18). De quais modos esta cegueira pode tomar forma na vida concreta? Duas formas de indisposição são fáceis de compreender e de individuar; a primeira é de caráter moral: a recusa explícita ao diálogo, na forma do pecado. A segunda é de caráter psiquiátrico: a incapacidade ao diálogo (pelo menos por parte do homem) por causa de fortes e bem diagnosticáveis (e delimitadas) formas de psicopatologia.

Há, entretanto, uma outra forma, mais sutil, de cegueira, que não é nem pecado, mesmo que possa inclinar para ele, nem patologia. Mas, apesar de respeitar a capacidade da resposta, a torna menos eficaz; seja como possibilidade de apreciá-la e respeitá-la na sua objetividade, seja como possibilidade de adequar-se a ela de modo sempre mais totalizante e, com liberdade, testemunhá-la. E isso porque, junto com a bondade da resposta há um elemento de “aparência”, de modo que o bem real é ofuscado pelo bem aparente; aquilo que é normal e bom, não automaticamente é também aquilo que faz transcender, segundo uma lógica do amor teocêntrico (quem está familiarizado com Sto. Inácio e os Exercícios Espirituais está reconhecendo aqui o que ele chama de “tentação do mal sob aparência do bem”). Por exemplo: dar e se doar, para no fim receber; esforçar-se nos estudos, para se tornar famoso, conhecido e reconhecido, mais do que para o bem do Reino; visitar sempre as mesmas famílias na paróquia, “porque elas precisam do padre ou da irmã”; por causa da “falta de tempo”, investido no ativismo, deixar de dialogar com Deus, ou seja, de rezar, ou até para fugir da solidão sentida; ou, ainda, “cuidar de um coroinha”, porque ele necessita de atenção afetuosa, sem o adulto enxergar a trave no próprio olho, etc. Aprofundando a questão da predisposição, pode-se dizer que o homem se dispõe ao mundo dos valores através de três disposições habituais que normalmente estão presentes, de modo simultâneo, em todos nós, porém, questionando-nos em qual das três dimensões (como chamamos as possíveis predisposições, na teoria de Rulla) a pessoa vive prevalentemente:

- Na primeira? ...onde a vontade se abre aos valores morais e religiosos e consegue viver conforme. Como o grau de liberdade e a consciência aqui é maior, fala-se de virtude e pecado conforme as atitudes que a pessoa toma.

- Na terceira? ...onde a vontade se abre aos valores naturais, de modo que a pessoa sinta-se adaptada socialmente e psicologicamente (capaz de amar, trabalhar e curtir a vida), ou não adaptada. Aqui falamos, não de virtude ou pecado, mas de normalidade ou de patologia.

- Na segunda dimensão? Aqui, não se fala nem de virtude/pecado, nem de normalidade/patologia, mas pretende-se ver como o homem consegue ordenar e integrar hierarquicamente os valores naturais e transcendentais juntos; até que ponto a pessoa consegue viver os valores naturais como mediação para aqueles transcendentais? A minha convivência é apenas uma atitude natural, ou por esta passa também a caridade cristã? O apreço que tenho por um objeto belo é apenas o meu gosto estético, ou é também imbuído do meu desejo de louvar e glorificar o Senhor? A honestidade intelectual e a busca da verdade

é, também, uma ajuda para reconhecer Deus em todas as coisas e na Sua Palavra, ou apenas curiosidade intelectual?

Na medida em que a pessoa consegue integrar os valores naturais com os transcendentais, fará mais o bem real e menos o bem aparente. Não se trata, portanto, de avaliar a vida, a vocação da pessoa (em primeiro lugar, a minha vida) em termos de bem ou mal, nem em termos psiquiátricos. Mas, trata-se de discernir se a intenção da pessoa é orientada ao bem real ou ao bem aparente. Novamente escutamos, aqui, nas entrelinhas, Inácio de Loyola, quando o santo dá mais importância à direção em que a pessoa retirante está andando, do que a um ato singular do momento. Estamos falando da área onde a vida espiritual, mesmo presente e vivida, pode ser reduzida a um horizonte humano que absorve a atenção da pessoa, sem mais ver a ligação que este horizonte tem com o fim último que é Deus (por exemplo, uma forte necessidade de agressividade pode obstruir ou limitar a solidariedade com os outros e a vida de caridade que a pessoa havia escolhido. Ela quer viver a caridade, mas motivações inconscientes se opõem; ou a pessoa, que genuinamente deseja perdoar mais, mas a necessidade subconsciente de vingança a bloqueia de praticar o perdão de fato; ou, ainda, a pessoa que diz querer viver bem em comunidade, mas a sensação inconsciente de ser um atrapalho, mantém-na mais fora do que dentro da comunidade). E, por causa destas forças subconscientes, as pessoas sofrem consigo mesmas.

Manenti conclui seu pensamento sobre as disposições (dimensões), dizendo:

“Acredito que quanto a este ponto a abordagem da psicologia seja clara. Não substitui, mas integra o atual tipo de formação vocacional na Igreja. Sua ajuda peculiar não está em curar patologias, menos ou mais graves, nem no selecionar os candidatos à vida consagrada/presbiteral. Está em formar e integrar: adquirir um conhecimento mais completo de si, unido a um autocontrole da pessoa, a fim de canalizar todas as suas energias para a disposição em direção à realização eficaz dos ideais vocacionais escolhidos por amor e com amor perseverante”, para poder “amar o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, e com toda a tua força” (Dt. 6,5).

O acompanhamento personalizado por um especialista em psicologia é, portanto, centrado no desejo que a pessoa tem de compreender e superar os seus conflitos internos que bloqueiam a capacidade de *viver os valores que ela proclama*, suas metas pessoais, relacionais e profissionais, *com o objetivo de aumentar a liberdade interior e exterior da pessoa*, tendo como “matéria prima” do colóquio de crescimento vocacional (também chamado de terapia): conhecimento, sentimentos, desejos, humor, relações, memórias da vida passada, necessidades subjacentes-escondidas, conflitos defensivos que dificultam a vida diária.

Observações finais

1. Padres e religiosos preparados nas duas áreas de conhecimento e de vivência, Psicologia e Espiritualidade, e que acompanham pessoas individualmente, provavelmente têm a mesma experiência que eu tenho; na medida em que a luta humana (intrapísica) diminui, se intensifica a luta espiritual – a busca de Deus - (para usar os termos de Imoda), ou seja, um processo terapêutico bem feito, depois de alguns anos, passo a passo, torna a ser Direção Espiritual.
2. Se, por “integração” da pessoa chamada à santidade, entendemos que a fé possa permear todas as áreas da sua vida: sentimento, pensamento e ação; então, educadores, formadores, diretores espirituais, técnicos em ciências humanas, de modo especial pedagogos e psicólogos, enfim, todos, com uma missão na área da formação vocacional, e cada um dentro da sua área de atuação, devem esforçar-se para trabalhar em conjunto, a partir de uma mesma visão de base do ser humano (antropologia).
3. E, ... pensando bem, também não tenho mais paz com a primeira palavra do título desta palestra: “convergência”. Pelo que vimos, penso que é mais correto colocar: “Integração da Psicologia e a Espiritualidade”.

(com gratidão ao Pe. Hélio Guimarães da Diocese de Ponta Grossa pela revisão do texto)

*Matthias J.A. Ham é presbítero diocesano na Diocese de Ponta Grossa – PR, onde acompanha seminaristas, religiosos e presbíteros. É vice-reitor do Instituto Discípulos de Emaús, Instituto fundado em 2018, pelo Arcebispo de Curitiba, Dom José Antônio Peruzzo, para a formação de adultos ao Ministério ordenado. <https://www.youtube.com/watch?v=NSfbgXcNvUM&feature=youtu.be>